

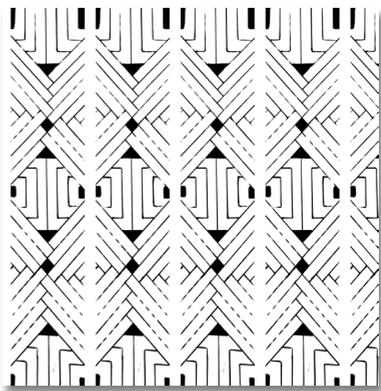
Revisando a Sociologia desde o Sul Global com Raewyn Connell

ARIANE NOEREMBERG GUIMARÃES

AMURABI PEREIRA DE OLIVEIRA

RESUMO: Refletimos sobre debates que Raewyn Connell tem feito acerca das teorias do Sul. Apresentamos a discussão sobre autores clássicos da Sociologia e a crítica do autor à teoria social desde o Sul Global. Connell não exclui a importância dos cânones, mas visibiliza o valor das teorias do Sul para as Ciências Sociais e algumas de suas características, como a especificidade, a contextualização e o debate sobre as desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Raewyn Connell. Sul global. Teorias do sul. Ciências sociais.



Revisiting Sociology from the global South with Raewyn Connell

ABSTRACT: We reflect on debates that Raewyn Connell has made about southern theory. We present her discussion of classic sociological authors and her criticism of social theory from the global South. Connell does not exclude the importance of canons, but highlights the value of southern theory for the social sciences and some of their characteristics, such as specificity, contextualization, the debate on social inequalities and the commitment to democracy.

KEYWORDS: Raewyn Connell. Global South. Southern theory. Social science.

ARIANE NOEREMBERG GUIMARÃES

Doutoranda no Programa Interdisciplinar de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Psicóloga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.
E-mail: ariane.noeremberg@ifsc.edu.br

AMURABI PEREIRA DE OLIVEIRA

Livre Docente pela Unicamp. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do CNPq.
E-mail: amurabi1986@gmail.com

DATA DE ENVIO: 14/10/2023

DATA DE APROVAÇÃO: 30/08/2024

1 Introdução

Amiúde quando pensamos na história da sociologia tendemos a tomá-la como sinônimo de uma narrativa que situa os chamados clássicos em um ponto zero. Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920) seriam se não o alfa e o ômega, ao menos o alfa da sociologia. Naturalizamos seu lugar canônico nas Ciências Sociais, sem nos questionarmos as ausências em termos de raça, gênero ou origem geográfica.

Tem havido um esforço de autoras e autores em trazer novos olhares críticos para nossa compreensão de clássicos, desdobrando-se também, no caso brasileiro, na tradução de trabalhos inéditos de sujeitos recorrentemente deixados à margem do cânone (Daflon, Sorj, 2021; Castro, 2022).¹

Visando contribuir para essa discussão, trazemos as reflexões desenvolvidas pela socióloga australiana Raewyn Connell, que tem debatido de forma enfática acerca do que ela denomina de teorias do sul, revisando os fundamentos de nosso próprio entendimento acerca da teoria sociológica, bem como da história global desta. Interessamos, portanto, abordar as contribuições de Connell para o campo da teoria social, enfatizando o olhar subversivo que ela elabora.

De forma geral, o presente artigo visa favorecer para um maior destaque de seu trabalho no Brasil, além de contribuir para a visibilidade da produção acadêmica das mulheres na esfera da sociologia. Pois, como nos colocam Daflon e Chaguri (2022, p. 23):

Para além de uma necessária e importante política de representação que incorpore um conjunto mais amplo de vozes, tornar a “polifonia” constitutiva da teoria sociológica modifica o modo como percebemos, descrevemos e analisamos a própria sociologia, seus avanços e limites.

Para uma melhor organização de nosso trabalho, nós o dividimos em quatro seções. Na primeira, apresentamos a autora tomando como fio condutor principalmente duas entrevistas

1 Deve-se destacar também as traduções recentes realizadas da obra de Harriet Martineau (1802-1876), com destaque para seu trabalho *Como observar: moral e os costumes* (2021 [1838]).

no Brasil em 2011; logo em seguida, debatemos os conceitos de teorias do sul e Sul global, considerando a centralidade que eles possuem para o trabalho da autora; passamos então para o debate específico que ela produz em torno da ideia de autores clássicos da sociologia; e, por fim, apresentamos sua crítica à teoria social desde o sul global.

2 Apresentando Raewyn Connell em suas próprias palavras

Talvez Connell dispense apresentações mais formais, afinal, ela tem tido textos seus traduzidos para o português, além de ter se feito presente em eventos relevantes para as ciências sociais brasileiras, como o encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) em 2011 e o Congresso Brasileiro de Sociologia (CBS) em 2019. Todavia, não nos parece que ela seja exatamente uma autora *mainstream*, talvez um pouco mais conhecida no campo dos estudos de gênero, especialmente por meio de seus estudos sobre masculinidades.² Permita-nos, portanto, uma breve apresentação da autora a partir de entrevistas que ela concedeu a autores brasileiros enquanto estava na cidade de Caxambu (Minas Gerais), durante o encontro da ANPOCS. Em diálogo com Cynthia Hamlin e Frédéric Vandenberghe, ao iniciar a apresentação de sua própria trajetória, ela começa assim:

Tive minha iniciação nas ciências sociais como estudante, em Sidney, nos anos de 1960. Estava envolvida no movimento pacifista, nas tentativas de democratizar as universidades e também no movimento dos trabalhadores. Uma das coisas que o movimento estudantil fez, em Sidney, foi o estabelecimento do que nós chamávamos de “universidade livre”. Não era propriamente uma universidade - embora nós tenhamos alugado alguns prédios - mas um coletivo de aprendizagem controlado pelos estudantes. Oferecíamos cursos e

2 Um dos seus primeiros trabalhos publicados no Brasil ainda na década de 1990 foi o artigo “Políticas da masculinidade” (1995).

programas de estudo coletivamente planejados sobre questões que acreditávamos relevantes. Criticávamos a universidade tradicional por ensinar diversos conceitos que não eram muito relevantes para o mundo no qual habitávamos. Assim, antes que isso tivesse sido feito nas universidades tradicionais, desenvolvemos um curso crítico sobre questões indígenas. Tivemos um curso, oferecido por mim, sobre atrocidades, dado o contexto da Guerra do Vietnam. Tivemos um curso sobre desigualdades de classe e de poder na Austrália. E assim por diante. O que estávamos tentando fazer era criar uma espécie de cultura intelectual em torno da expressão, que depois aprendi de um pesquisador sueco da área de trabalho, “cave onde você está” (Lindqvist, 1980). Isto é, olhe para as questões relevantes para o tempo e lugar onde você se insere e construa uma agenda intelectual a partir delas. Esse era o *ethos* de nossa universidade livre e acredito que isso é algo que venho tentando fazer desde então (Hamlin, Vandenberghe, 2013, p. 347).

Em outra entrevista, concedida a Miriam Adelman e Carmen Rial, ela começa enfatizando o fato de ter nascido na Austrália, um país rico no extremo sul. Em ambas entrevistas, é problematizado continuamente “quão sul” é a Austrália, ao que Connell responde que a chave para a compreensão do lugar de seu país no mundo encontra-se não apenas em seu desenvolvimento econômico, mas também em sua dependência cultural e na própria experiência colonial.

Ademais, também enfatiza a relevância que teve sua ex-companheira, Pam Benton, na sua aproximação com o movimento feminista, isso em um momento anterior a sua transição de gênero (Adelman; Rial, 2013). Todas essas questões se desdobraram diretamente no desenvolvimento de sua agenda de pesquisa, bem como de seu departamento da Universidade de Sidney, e ainda na década de 1980 ela publicou seus trabalhos sobre masculinidade que tiveram um grande impacto no Brasil. Apesar da relevância dos estudos sobre as mulheres no campo do gênero, Connell percebia que havia ainda outras demandas a serem preenchidas, nesse sentido:

Nós começamos a preencher esse vazio, tentando combinar teoria gay, teoria feminista, um pouco de psicanálise, e uma teoria estrutural de gênero. Daí surgiu o trabalho sobre masculinidade. Meu primeiro artigo sobre homens e masculinidade foi publicado em 1982 em um livro teórico do Partido Trabalhista, porque eu era um ativista do partido, e do movimento sindical, e escrevi um artigo chamado "Men and Socialism" (em referência ao livro de August Bebel, *Women and Socialism*). Mas o trabalho teórico só foi publicado um pouco mais tarde. Tim Carrigan, John Lee e eu escrevemos um artigo muito longo em 1983 que foi apresentado a uma publicação australiana e não aprovado. Então pensamos, vamos botar pra quebrar: vamos enviar o artigo a uma importante publicação norte-americana e conseguir exposição mundial. Para nosso espanto, eles aceitaram. Foi assim que o artigo "Toward a New Sociology of Masculinity" apareceu (Adelman; Rial, 2013, p. 215).

Porém, sua agenda de pesquisa foi sendo cada vez mais ampliada, passando pelas suas próprias experiências pessoais como professora nos Estados Unidos. Em grande medida, pode-se dizer que seu debate sobre as teorias do sul perpassa uma dimensão empírica: quais teorias sociais são ensinadas e reproduzidas globalmente?

Ainda assim, eu diria que existe um desequilíbrio maciço nas ciências sociais no mundo inteiro: onde buscamos nossas ideias, o que percebemos como argumentos de autoridade ou conceitos fundamentais, quem lemos! Por exemplo, até muito recentemente, Ashis Nandy, um dos intelectuais mais interessantes do mundo - um indiano famoso, intelectual público, psicólogo, crítico cultural, historiador cultural, escritor de temas como gênero e questões ambientais - não estava em nenhum programa de curso nas universidades australianas. Eu poderia multiplicar esse exemplo. Recentemente, estive na África do Sul, li diversos de seus programas e o mesmo se aplica. Basicamente, seus programas de curso têm uma bibliografia europeia e norte-americana. Então, eu acho que existe uma

tarefa enorme no sentido da necessidade de renovação e reorganização intelectual - ao mesmo tempo em que se repensa o modelo centro-periferia e se reconhece que o capital transnacional na era da internet consiste em uma forma de capital distinta daquela presente na era de Marx e de Engels (Hamlin, Vandenberghe, 2013, p. 356).

Tais questões nos levam a compreender de forma mais evidente como que o projeto intelectual de Connell não se fez apenas a partir de um movimento teórico, envolvendo também um esforço analítico-empírico para pensar a teoria social.

3 O Sul Global e as Teorias do Sul

Em sua conferência no encontro anual da ANPOCS, Connell questionou o conceito de “teoria”, indicando que o que se entende por teoria comumente se constitui em um trabalho intelectual produzido e organizado pelo centro global, muitas vezes a partir de coletas de dados realizadas nas periferias. Assim, as teorias localizadas no Norte global acabam por direcionar o processo de produção de conhecimento mundial (Connell, 2012).

Nessa discussão, os sentidos de Norte e Sul globais não se dão pelo lugar geográfico de cada país, mas pelos contextos históricos, políticos, sociais que posicionam geopoliticamente os países no centro ou na periferia do mundo. De forma geral, compõem o Sul global países que são ou foram colonizados, que sofreram a exploração de suas terras e povos, de modo que as consequências desse período permanecem e se reatualizam nas mais diversas desigualdades sociais.

Do ponto de vista do conhecimento, o Norte global é detentor de paradigmas dominantes e vistos como inquestionáveis (Anzaldúa, 2007), pois são assimilados como objetivos e universais. Enquanto que o Sul global desenvolve conhecimentos que são considerados particulares, específicos, contextuais, subjetivos; por isso, são subjugados e, muitas vezes, entendidos como não científicos (Kilomba, 2019; Collins, 2019).

Grada Kilomba (2019) destaca que teóricos e teóricas do Sul global não são incapazes de falar, não se trata de uma falta de

resistência ou de interesse dessas pessoas, mas de acesso à representação, dessas vozes serem escutadas sem serem desqualificadas e marginalizadas pelo regime repressivo do colonialismo. A academia se coloca como um lugar neutro, mas não é; os conhecimentos que fogem de uma ordem eurocêntrica ficam de fora do corpo acadêmico e de seus currículos.

Em discussão sobre a estrutura do conhecimento em universidades ocidentalizadas, o sociólogo Ramón Grosfoguel (2016) debate que o privilégio epistêmico do homem branco ocidental foi produzido ao preço do genocídio/epistemicídio de sujeitos coloniais, especialmente a partir do racismo e do sexismo. Ele analisa o processo de inferiorização dos conhecimentos da ciência cartesiana por meio do estudo do genocídio/epistemicídio contra: muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus; povos nativos na conquista das Américas; povos africanos na conquista da África e a escravização destes nas Américas; e, mulheres europeias queimadas vivas sob acusação de bruxaria.

O termo “epistemicídio” é atribuído a Boaventura de Souza Santos, e se refere à “destruição de conhecimentos ligada à destruição de seres humanos” (Grosfoguel, 2016, p. 26). Destruídos, os seres humanos se tornam objetos, e objetos não pensam, não produzem conhecimento. Daí a crítica de Grosfoguel (2016) à máxima de Descartes “penso, logo existo”. Levando-se em conta que apenas o homem branco ocidental é considerado ser pensante na lógica cartesiana, o autor modifica essa máxima para “extermínio, logo existo”.

Tratando da questão racial, Sueli Carneiro (2023, p. 48) aponta como o epistemicídio da população negra se manifesta nas universidades brasileiras:

[...] o epistemicídio [...] se manifesta também no antagonismo entre discurso militante e discurso acadêmico, através do qual o pensamento do ativismo negro é desqualificado como fonte de autoridade para o saber sobre o negro, enquanto o discurso do branco sobre o negro é legitimado. Via de regra, a produção branca e hegemônica sobre as relações raciais dialoga entre si, deslegitimando a produção dos pesquisadores e ativistas negros

sobre o tema. Isso fica manifesto nas referências bibliográficas utilizadas nas produções acadêmicas, nas quais figuram autores negros não brasileiros, e também no fato de que poucos intelectuais negros brasileiros alcançaram prestígio nacional e internacional.

Os ativistas negros, com honrosas exceções, são tratados pelos especialistas da questão racial, como *fontes de saber*, mas não autoridades sobre o tema.

Para Connell (2020), os conhecimentos produzidos na Austrália também são invisibilizados e/ou subjugados. A autora posiciona a Austrália como um país do Sul global devido a suas condições geopolíticas e sócio-históricas, além de justificar pela própria sociologia australiana, que estaria fora dos conhecimentos reconhecidos como teorias. A Austrália foi assentamento penal do Estado britânico, teve suas terras exploradas, seus produtos levados para a Europa e uma relação muito ruim e não resolvida entre povos indígenas e colonos. Até a década de 1960, oficialmente existia uma política chamada “Austrália Branca”, que consistia na importação de trabalhadores europeus para embranquecer a população, de modo que atualmente a maioria das pessoas ainda é descendente de europeus (Connell, 2020). Para a referida autora, esse passado recente de relação entre metrópole e colônia continua se refletindo na cultura australiana e nas produções das ciências sociais do país.

Esse posicionamento da Austrália como Sul global nos faz refletir sobre teorias, movimentos, debates que, em primeira mão, possam ser vistos em posições privilegiadas, mas que apresentam características de confrontação ao conhecimento hegemônico. Nessa direção, entendemos que teóricas feministas negras como bell hooks, Angela Davis, Patricia Hill Collins e Audre Lorde, que são estadunidenses, também podem ser lidas como teóricas do sul pelo teor de suas produções, ainda que o caminho para a visibilização de suas obras talvez seja mais curto do que o das elaboradas pelo Sul global.

Nascidas em um país em que a população negra se originou da escravização, essas autoras discutem a dificuldade da teoria

feminista predominante em reconhecer a diversidade interna ao movimento, especialmente a respeito da questão racial. Contribuem, assim, para a investigação e a compreensão da marginalização social, econômica e política das mulheres negras nos Estados Unidos.

O debate promovido pelo feminismo negro se levantou pelo incômodo com a centralidade que o feminismo hegemônico atribuiu ao gênero como marcador superior na análise das diferenças e das relações sociais. Para o pensamento feminista negro, gênero aparece como uma diferença que não existe desconectada de outras diferenças. Entende-se que as pessoas percebem seu gênero por meio de sua raça e vice-versa. Dessa maneira, os conhecimentos produzidos a partir desse pensamento devem estar atentos a essas relações. Muitas feministas negras estadunidenses nomearam e enfrentaram a problemática da intersecção entre classe, raça e gênero por meio de seus debates sobre a interseccionalidade (Díaz-Benítez; Mattos, 2019).

4 Tensionando a ideia de clássico/cânone

A narrativa de que a Sociologia é uma ciência forjada no contexto da revolução industrial europeia, e que reflete as condições e condicionantes desse momento, em grande medida invisibiliza o fato de que em outros lugares e em outras temporalidades havia agentes que também se dedicaram à compreensão dos processos sociais. A cristalização dessa percepção é sintetizada por meio da ideia de clássicos, que apesar de ser relativamente recente nas Ciências Sociais – dada a própria juventude de tais ciências – se consolidou formando uma perspectiva canônica, autores (essencialmente masculinos) que devem ser utilizados recursivamente e compreendidos como fundadores de paradigmas a serem reproduzidos.

É importante enfatizar que os próprios clássicos não se percebiam dessa forma, sendo paradigmático o caso de Émile Durkheim (1858-1917) que considerava Montesquieu e Rousseau como precursores do pensamento sociológico. Com isso queremos dizer que a compreensão do que entendemos como clássicos é mais um exercício de atribuição que inferência. Como pondera Oliveira (2023, p. 84):

Todavia, apesar da existência de um virtual consenso em torno dos clássicos da Sociologia, sobre quem são e sua relevância, é importante considerar que essa análise é profundamente anacrônica, uma vez que a restrição dos clássicos a essa tríade é uma invenção relativamente recente em nossa área. Talcott Parsons (1902-1979) publicou em 1937 o livro *A estrutura da ação social* (2010a, 2010b), considerado um dos mais relevantes livros da teoria sociológica americana da primeira metade do século XX. Nesta obra ele indica que Thomas Marshall (1893-1981), Durkheim, Weber e Vilfredo Pareto (1848-1923) eram os fundadores da tradição clássica na teoria social. A síntese que nós conhecemos, centrada em Marx, Weber e Durkheim, é relativamente recente e inclui entre seus autores ao menos um cuja obra antecede o próprio advento do conceito de Sociologia. Ademais, autores do “período clássico” possuíam outra interpretação sobre quem eram os autores clássicos da Sociologia, Giddings (1855-1931) considerava Adam Smith (1723-1790) como fundador da Sociologia, ao passo que Branford (1863-1930) indicava Condorcet (1743-1794) para esse papel (Connell, 1997, grifo do autor).

Em que pese esse evidente anacronismo no processo de delimitação do que seriam os clássicos no pensamento sociológico, é recorrente o esforço de autores diversos em justificar a relevância dos clássicos, de modo que recorrentemente se torna necessário voltarmos a eles para fins de compreensão dos problemas sociológicos, ainda que sejam estes forjados em outros contextos e temporalidades. Um bom exemplo desse esforço encontra-se na argumentação desenvolvida por Alexander (1999), que enfatiza as singularidades das ciências humanas e as compara com as ciências da natureza, indicando como que estas últimas, diferentemente das primeiras, não possuem clássicos, pois se orientam pela superação de paradigmas, ao passo que as humanidades se guiam por qualidades interpretativas, estéticas, filosóficas, que não são progressivas.

Todavia, Connell levanta um questionamento acerca dessa naturalização dos clássicos. Ela tensiona com as razões que nos levam a citá-los, a torná-los referências incontornáveis para nossos trabalhos. De forma provocativa, a autora pontua que:

Na Austrália ou no Brasil, nós não citamos Foucault, Bourdieu, Giddens, Beck, Habermas etc. porque eles conhecem algo mais profundo e poderoso sobre nossas sociedades. Eles não sabem nada sobre nossas sociedades. Nós os citamos repetidas vezes porque suas ideias e abordagens tornaram-se os paradigmas mais importantes nas instituições de conhecimento da metrópole - e porque nossas instituições de conhecimento são estruturadas para receber instruções da metrópole (Connell, 2012, p. 10).

Nesta mesma direção a autora evidencia como tais autores possuem marcadores muito específicos, uma vez que, ainda segundo Connell (2012), chamamos de teoria o que o centro faz. A gênese de nossa atual compreensão acerca do que são os clássicos e qual a sua relevância provém justamente daí. Ademais, deve-se somar a isso o fato de que os clássicos possuem um conjunto de marcadores ainda mais específicos: são homens, brancos, burgueses. Figuras como Harriet Martineau e W. E. B. Du Bois (1868-1963), ainda que tenham produzido obras de grande fôlego, e tendo sido contemporâneos daqueles canonizados como clássicos, não gozam nem de longe do mesmo *status* de autores como Durkheim, Marx e Weber. Compreender o porquê desse cenário nos remete aos próprios fundamentos da ideia de clássicos, ou, se preferirmos, cânones.

Eu argumentei que o cânone clássico na sociologia foi criado, principalmente nos Estados Unidos, como parte de um esforço de reconstrução após o colapso do primeiro projeto europeu-americano de sociologia; que uma nova história fundacional substituiu relatos anteriores e muito diferentes sobre a formação da sociologia; e que todo esse curso de eventos só pode ser compreendido no contexto da história global, especialmente a história do imperialismo.

Em certo sentido, isso não importa; os clássicos retrospectivamente escolhidos têm pouco a ver com os impulsos criativos da sociologia recente. Mas o poder simbólico da “sociologia clássica” persiste e gera imagens distorcidas da história da sociologia e do alcance e valor

da sociologia. A lista de Nisbet (1967) das “ideias-unidade da sociologia” (comunidade, autoridade, status, o sagrado, alienação) era uma paródia da história, mas tinha alguma plausibilidade como um mapa do território estreitado que restou após a criação do cânone estar em pleno vigor. Acima de tudo, a história internalista desvia a atenção da sociologia das análises do mundo social feitas por intelectuais além da metrópole (Connell, 2020, p. 24-25).

Para a autora, esse advento recente faria ainda menos sentido considerando a própria história da sociologia, que se colocou desde sua gênese de forma mais global (Connell, 2019). Observando por esse ângulo, o advento dos clássicos na teoria social implicou num movimento restritivo, de modo que nosso esforço na direção de um “desprovincializar” da teoria (Costa, 2006) deve ser compreendido também como um esforço em ampliá-la.

Talvez o caso brasileiro seja emblemático para pensarmos tais questões, uma vez que a sociologia brasileira é recorrentemente apresentada nos cursos de graduação em ciências sociais por meio de uma disciplina de “pensamento social”, não sociologia, ou teoria. Essa escolha de palavras nos parece transparecer certa hierarquia simbólica entre o que o centro e a periferia produzem: a um cabe produzir teoria e ao outro no máximo algo mais difuso denominado de “pensamento social”.

Talvez devamos reconhecer, desse modo, que autores como Gilberto Freyre (1900-1987), Florestan Fernandes (1920-1995), Lélia Gonzalez (1935-1994), Darcy Ribeiro (1922-1997), Guerreiro Ramos (1915-1982), dentre outros, possuem um enorme potencial para nos elucidar aspectos de nossa própria realidade. Maia (2011) percebe aí, na emergência desse debate, uma oportunidade interessante para visibilizarmos a tradição teórica própria existente nesse campo difuso denominado “pensamento social brasileiro”:

(...) sustento que o processo de descentramento teórico que vem ocorrendo ao longo das últimas décadas na sociologia fornece aos estudos de pensamento social brasileiro um instigante enquadramento analítico. Esse descentramento refere-se ao conjunto de textos e trabalhos que questionam o fundamento

eurocêntrico da sociologia e afirmam a necessidade de se levar em conta lugares de discurso intelectual tidos como alternativos e/ou “periféricos”. Esse debate contribuiu para dois procedimentos que encontram ressonância com o que é feito atualmente no campo do pensamento brasileiro: a) a crítica de conceitos sociológicos a partir de outros lugares de discurso; e b) a refutação ou retificação de teorias de médio alcance, levando-se em conta a falsa universalidade das mesmas. Argumento também que esse trabalho teórico deve ser complementado por uma abordagem que articule a história do pensamento social brasileiro e a história da sociologia global, evitando a separação desses campos em dois universos distintos (Maia, 2011, p. 72-73).

Percebemos que tanto a crítica realizada por Connell (2020, 2012), quanto o caminho apontado por Maia (2011), não implicam numa descredibilização dos clássicos, até mesmo porque muitos dos intelectuais situados na periferia elaboraram suas teorias em diálogos com esses autores. Efetivamente, a referência a seus trabalhos moldou a teoria social como a conhecemos hoje, no entanto, é necessário tensionar as razões de tal acontecimento, visibilizando as assimetrias. De igual modo, é preciso enfatizar a existência da ignorância assimétrica entre centro e periferia (Chakrabarty, 2000), o que foi denominado por Ribeiro (2006) de provincianismo metropolitano e cosmopolitismo provinciano. Afinal, aqueles que estão na metrópole conhecem apenas sua própria tradição intelectual, enquanto que os que estão na província conhecem, além de sua própria, também a tradição intelectual da metrópole.

Por fim, cabe ainda retomar outra questão trazida por Connell (2020), que diz respeito aos limites impostos pelo próprio contexto no qual as teorias são forjadas. Como pensarmos as possibilidades de universalidade de teorias elaboradas fora do contexto da experiência colonial?

A teoria social é construída em diálogo com o conhecimento empírico, às vezes derivado da pesquisa do próprio teórico, mais frequentemente do conhecimento de outras pessoas. Quando esse conhecimento empírico provém

inteiramente ou principalmente da metrópole e quando as preocupações do teórico surgem dos problemas da sociedade metropolitana, o efeito é a exclusão da experiência da maioria da humanidade das bases do pensamento social (Connell, 2020, p. 46).³

Todavia, Connell (2020) tenta não cair em um beco sem saída, indicando que é possível pensarmos uma teoria social universalizante que não seja do ponto de vista da metrópole, apontando em *Southern Theory* algumas possibilidades já em curso, e que se colocam como alternativa a um projeto teórico que tem demonstrado limites e certo cansaço.

5 Por uma crítica teórica desde o Sul Global

Em *Southern Theory: the global dynamics of knowledge in social science*, livro publicado pela primeira vez em 2007, Raewyn Connell apresenta e reflete sobre teorias sociais de partes diversas do mundo, especialmente aquelas produzidas pelo Sul global, como África, América Latina, Austrália, sul da Ásia e Irã. Trata-se de uma obra densa e consistente, que se inicia com uma crítica detalhada à universalização da sociologia elaborada pelo Norte global.

Connell (2020) explica que os autores da sociologia conhecida por clássica – a trindade Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber – construíram suas teorias frente a demandas da sociedade europeia de suas épocas. No entanto, compõem a leitura curricular básica de qualquer curso de sociologia no mundo, pois suas formulações foram generalizadas, abstraídas enquanto “teorias”.

O mesmo acontece com a dita sociologia contemporânea ou teoria geral moderna, de nomes como Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e James S. Coleman. A autora aponta como esses autores fazem análises a partir de metrópoles globais, portanto, não

3 Tradução nossa: “Social theory is built in a dialogue with empirical knowledge—sometimes derived from the theorist’s own research, more often other people’s. When that empirical knowledge derives wholly or mainly from the metropole, and where the theorist’s concerns arise from the problems of metropolitan society, the effect is erasure of the experience of the majority of human kind from the foundations of social thought.” (Connell, 2020, p. 46).

poderiam ser consideradas teorias gerais, pois estão localizadas (apesar de não se colocarem dessa forma). Conforme Connell (2020), Coleman e Giddens ignoram a experiência histórica de império e dominação global, não tratando em seus trabalhos sobre colonização, realidade que constrói a experiência social da maior parte do mundo. Bourdieu, apesar de ter se tornado um pesquisador de campo na Argélia e de ter sido contemporâneo de intelectuais como Frantz Fanon, não traz os debates entre os colonizados para suas formulações finais, mantendo o modo de pensar da metrópole em seus escritos (Connell, 2020).

Esse paradigma funciona como um *modus operandi* que nos passa despercebido se não observarmos de forma crítica, como Connell propõe. Basta pensarmos em quantas vezes cotidianamente escutamos e dizemos que é preciso ter “um norte” ao nos referirmos à necessidade de se ter uma direção sobre determinado assunto. Inventamos até um verbo, “nortear”, que, além de “se encaminhar ao norte”, pode significar “se guiar a uma dada direção moral” (Dicio, s.d.). Já “sulear” não é encontrado nos dicionários de língua portuguesa, embora o termo tenha sido criado em 1991 pelo físico brasileiro Marcio D’Olne Campos e difundido pelo educador Paulo Freire a partir de seu livro “Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido” (Tavares, 2019).

Podemos dizer que *sulear* é o objetivo de Connell. Ela afirma que, se o trabalho intelectual de teorizar for feito pelas periferias, inevitavelmente o centro será re(localizado), criando novas possibilidades sociais, mais inclusivas e democráticas (Connell, 2012). Destarte, retomamos *Southern Theory*, no qual a autora também se dedica a uma rica compilação de teorias feitas no Sul global que não se pretendem universais, mas heterogêneas, específicas, que procuram atender ao contexto em que foram produzidas. Um contexto que, de uma forma ou de outra, se relaciona com a colonização, a dizimação dos povos originários, o histórico de escravidão e a imensa desigualdade social. Assim, Connell (2020) foca a maior parte do livro nas análises sociais de vozes do sul, buscando mostrar sua riqueza de perspectivas, especialmente interessadas em questões sociais fundamentais que costumeiramente são negligenciadas pelas teorias do norte.

Na entrevista para Hamlin e Vandenberghe, Connell comenta que o seu intuito é que seja possível as pessoas falarem de onde elas quiserem com autoridade epistêmica. Para tanto, a autora acredita que, primeiro, seja necessário o reconhecimento de que boa parte das referências das ciências sociais do mundo todo estão afetadas por teorizações nortistas. Destarte, a crítica pós-colonial, assim como outras advindas de teorias do sul, poderão deixar de serem segregadas, se fossem especialidades que nada interferem no restante das teorias “globais” (Hamlin; Vandenberghe, 2013).

As teorias do sul, portanto, vêm desestabilizar as teorias que se propõem e são reconhecidas como gerais no campo das Ciências Sociais. Não é um problema utilizar teorias hegemônicas, desde que se saiba reconhecê-las dessa forma (como hegemônicas), compreendendo os limites e os condicionantes de suas perspectivas. No entanto, é preciso ratificar que o caminho pelas teorias do sul traz outras experiências sociais, outros olhares, novas metodologias, que amplia e produz novas teorias, outras sociologias.

Mas, quais são essas teorias? Ou quais teorias podem ser consideradas do sul? Além da sociologia australiana, Connell (2020) traz uma série de exemplos: nomes indianos como Gayatri Spivak, Ashis Nandy, Veena Das, Tejaswini Niranjana, Ranajit Guha, Susie Tharu, Vandana Shiva e Akinsola Akiwowo, o afegão Jamal al-Din al-Afghani, o martinicano Aimé Césaire, o peruano Aníbal Quijano, o brasileiro Fernando Henrique Cardoso, os argentinos Raúl Prebisch e Néstor García Canclini e a chilena Sonia Montecino. É notável o maior número de homens nesta lista, algo que a própria Connell (2020) observou. Os nomes femininos surgiram especialmente em tópicos que trataram, ainda que não exclusivamente, sobre a luta feminista.

Podemos dizer que se, por um lado, autores do sul global ainda enfrentam barreiras para se consolidar na literatura teórica canônica, isso fica ainda mais evidente no caso das autoras. Daflon e Chaguri (2022) enfatizam que “Para além de uma necessária e importante política de representação que incorpore um conjunto mais amplo de vozes, tornar a ‘polifonia’ constitutiva da teoria sociológica modifica o modo como percebemos, descrevemos e analisamos a própria sociologia, seus avanços e limites” (p. 23).

Cabe enfatizar que, no caso de mulheres não brancas, isso é ainda mais aprofundado. Weiss e Bueno (2024, p. 10) nos chamam a atenção nesse ponto ao destacarem que:

Para além de um comprometimento com a prática de reparação de injustiças epistêmicas que possibilitam examinar as consequências do racismo e do sexismo no âmbito da teoria social, a presença efetiva de mulheres negras – assim como de outros grupos subalternizados – pode trazer consequências importantes para as formas de fazer teoria e mesmo para a compreensão de aspectos invisibilizados da realidade social. Para que isso seja possível, contudo, é preciso que a resistência às críticas seja substituída por uma escuta séria, pela disposição – nada fácil – de abrir mão de privilégios e pelo esforço reflexivo.

Considerando tais aspectos, é válido pensarmos como há um apagamento interseccional de determinados sujeitos na teoria social. Pois, se por um lado Connell (2012) bem enfatiza que é chamada de teoria social o que homens, brancos, de origem burguesa no Norte Global escrevem, isso quer dizer também que os marcadores de classe, raça, gênero e origem geográfica agem de forma articulada na consagração ou ostracização de determinados autores e autoras, e que, portanto, é necessário pensar de forma interseccional como que esses marcadores agem.

Compreendemos que os estudos interseccionais alinhados à práxis feminista negra também podem ser entendidos como fundamentos teóricos e metodológicos do sul. De modo amplo, as sociólogas norte-americanas Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) definem interseccionalidade da seguinte forma:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária — entre outras — são interrelacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (p. 15-16).

Trata-se de uma descrição genérica, pois Collins (2017) explica que as noções e as práticas de interseccionalidade se modificaram ao longo do tempo e conforme os variados cenários sociais e intelectuais. Embora o termo tenha sido “cunhado” por Kimberlé Crenshaw em 1991, em artigo intitulado *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, a prática de interseccionar raça, classe, gênero e sexualidade já era conhecida dos feminismos negros no contexto dos movimentos sociais.

No Brasil, a mineira Lélia Gonzalez, antropóloga, filósofa e feminista antirracista, já articulava, nos anos 80 e 90 do século passado, as relações entre gênero e raça. Gonzalez (1984), a partir de uma perspectiva psicanalítica, reflete sobre como os fenômenos do racismo e do sexismo geram consequências violentas para as mulheres negras. Em outro escrito, a autora denuncia a ausência de discussões sobre o racismo por parte do feminismo branco e defende um feminismo que considere o contexto afro-latino-americano, abrangendo a luta antirracista (Gonzalez, 2011).

Em *Southern Theory*, Connell apenas cita o termo interseccionalidade como se fosse uma nova área de estudos, mas vale mencionar que ela própria, que é uma mulher trans branca, comenta na entrevista já citada que, em torno da década de 1980, enquanto pesquisava a respeito de desigualdades no campo da educação, ela e outras pessoas pesquisadoras já buscavam entender a conexão entre os processos de gênero e as desigualdades de classe, em uma época em que a linguagem sobre interseccionalidade ainda não era “popular” (sic.) (Hamlin; Vandenberghe, 2013).

As investigações sobre desigualdades sociais e relações de poder, que são tão caras à interseccionalidade, fazem parte da produção intelectual de Connell desde sua formação inicial em Ciências Sociais. Inspirada na expressão “cave onde você está” do sueco Lindqvist, a autora se dedicou a estudar e a pesquisar as questões relevantes da Austrália. Ao mapear relações de classe e padrões de poder na classe dominante, não obteve construto teórico suficiente no marxismo estruturalista europeu; ao se concentrar nas desigualdades educacionais, não se satisfaz com os trabalhos de Bernstein e Bourdieu, pois seus trabalhos não

respondiam à realidade australiana. Diante das lutas feministas e de liberação gay contra violências e preconceitos, teorizou sobre as masculinidades por não encontrar estudos a respeito e, mais recentemente, vem investigando sobre os efeitos do neoliberalismo a partir de vozes do sul (Hamlin; Vandenberghe, 2013).

Essa variedade de assuntos se guia pelo fio condutor da justiça social. As temáticas que interessam à Connell estão relacionadas a dar enfoque às desigualdades sociais, contemplar as periferias e democratizar o conhecimento (tanto no sentido de quem o acessa quanto de quem o produz). Toda sua obra pode ser acessada por meio do site <<http://www.raewynconnell.net>>.

6 Considerações Finais

Dialogar com Raewyn Connell nos faz repensar a primazia dada aos estudos considerados clássicos da Sociologia, colocando em xeque a universalidade desse saber e denunciando um processo de epistemicídio com os conhecimentos produzidos pelo Sul global. A socióloga australiana não exclui a importância dos cânones, mas amplia a visão sociológica ao procurar visibilizar o valor das teorias do sul para as ciências sociais e algumas de suas características, como a especificidade, a contextualização e o debate sobre as desigualdades sociais.

Em consonância com o pensamento de Connell, Grosfoguel (2016) aponta para a necessidade de haver, nos espaços acadêmicos e de produção do conhecimento, uma diversidade epistêmica que nos distancie do lugar em que “um defina pelos outros” (uni-verso), de modo que possamos criar sentidos e conceitos até que “muitos decidam por muitos” (pluri-verso).

As teorias do sul têm esse compromisso com a transformação social, a partir da conexão (criação de sentido) com seu contexto, e não com teorias abstratas que supostamente servem para qualquer sociedade (Connell, 2020). Destarte, uma ciência social centrada no Sul busca e pode dar voz às pessoas marginalizadas (Connell, 2012).

Meditando sobre o pensamento de Connell em *Southern Theory*, identificamos a interseccionalidade como uma teoria do sul, que

também tem como objetivos empíricos a democracia e a justiça social. Assim, finalizamos este diálogo com uma reflexão de Díaz-Benítez e Mattos (2019), que enfatizam a importância de se pensar desde as margens, pois, melhorando as condições de quem habita nas margens, é possível que toda a sociedade aproveite desse bem-estar.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam; RIAL, Carmen. Uma trajetória pessoal e acadêmica: entrevista com Raewyn Connell. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 211-231, jan. 2013.

ALEXANDER, Jeffrey C. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 23-81.

ANZALDÚA, Glória. Movimientos de rebeldía y las culturas que traicionam. In: ANZALDÚA, Glória. **Borderlands: La frontera**. São Francisco: Aunt Lut Books, 2007, p. 71-80.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CASTRO, Celso. **Além do Cânone: Para Ampliar e Diversificar as Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 493-531.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONNELL, Raewyn. Políticas da masculinidade. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 09-20, out. 2012.

CONNELL, Raewyn. Canons and colonies: the global trajectory of sociology. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 349-367, 2019.

CONNELL, Raewyn. **Southern Theory**: The global dynamics of knowledge in social science. London e New York: Routledge, 2020.

CONNELL, Raewyn. Disponível em: <<http://www.raewynconnell.net>>. Acesso em: 22 nov. 2024.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 117-134, fev. 2006.

DAFLON, Verônica Toste; CHAGURI, Mariana Miggiolaro. Mulheres na Teoria Social: presente e passado para uma sociologia plural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 24, n. 61, p. 16-24, set. 2022.

DAFLON, Verônica Toste; SORJ, Bila (Org.). **Clássicas do pensamento social**: Mulheres e feminismos no século XIX. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2021.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; MATTOS, Amana. Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. In: SIQUEIRA, Isabel R. [et al.] (orgs.). **Metodologia e relações internacionais**: debates contemporâneos. v. II. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2019, p. 67-94.

DICIO. Significado de nortear. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/nortear/>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n. 1, p. 12-20, 2011.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.

HAMLIN, Chintia; VANDENBERGHE, Frederic. Vozes do Sul: entrevista com Raewyn Connell. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 40, p. 345-358, jan. 2013.

KILOMBA, Grada. Racismo genderizado. In: **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 93-110.

LINDQVIST, Sven. **Gräv där du står**. Estocolmo: Bonniers, 1980.

MAIA, João M. E. Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 71-94, mai. 2011.

MARTINEAU, Harriet. **Como observar:** morais e costumes. Governador Valadares: Fernanda Cupertino Alcântara, 2021.

OLIVEIRA, Amurabi. Ampliando os clássicos da Sociologia a partir de Ibn Khaldun (1332-1406). **Revista Brasileira de Sociologia – RBS**, Belo Horizonte, v. 11, n. 27, p. 81-102, 2023.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologias mundiais: para um novo cenário global na antropologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 147-165, fev. 2006.

TAVARES, Elaine. A origem do sulear. **Instituto de Estudos Latino-Americanos**, 23 out. 2019. Disponível em: <<https://iela.ufsc.br/noticia/origem-do-sulear>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

WEISS, Raquel; BUENO, Winnie. Pensar o mundo na encruzilhada: mulheres negras e a teoria social. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 24, p. 1-11, 2024.